



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XIX Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Acordo de paz colombiano:**

**Cooperação internacional para a criação da paz**

**Bruno Proença Magno Lot**

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção  
do título de Especialista em Relações Internacionais**

**Orientadora: Profa. Dra. Danielly Silva Ramos Becard**

**Brasília**

**2018**

## **Resumo**

Em 2016, o governo colombiano assinou um acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia em busca de acabar com o conflito que já dura décadas e ingressar os antigos combatentes na sociedade civil. Esse artigo tem como objetivo mostrar os impactos causados pelo histórico de violência generalizada e governos autoritários na história do conflito, fazendo uma análise de como um cenário liberal pode ajudar na execução da implementação do acordo de paz. O mesmo também explora temas como: cooperação internacional e narcotráfico fazendo um breve estudo sobre a participação de atores internacionais na resolução do conflito, com destaque para a (baixa) participação do Brasil.

**Palavras-chave:** Colômbia, FARC, guerrilha, narcotráfico, acordo de paz, Brasil, cooperação internacional, organizações internacionais.

## **Abstract**

In 2016, the Colombian government signed a peace agreement with the Revolutionary Armed Forces of Colombia in an effort to end the decades-long conflict and to bring former combatants into civil society. This article aims to show the impact of the history of generalized violence and authoritarian governments in the history of the conflict by analyzing how a liberal scenario can help in the implementation of the peace agreement. It also explores issues such as: international cooperation and drug trafficking, making a brief study about the participation by international actors in the resolution of the conflict, with emphasis on the (low) participation of Brazil.

**Keywords:** Colombia, FARC, guerrilla, drug trafficking, peace agreement, Brazil, international cooperation, international organizations.

## Introdução

No dia 26 de setembro de 2016, parecia não haver lugar melhor do que a Plaza de la Paz, no coração da “mui antiga e heroica cidade de Cartagena das Índias, a mais bela do mundo”, como diria Gabriel García Márquez, para milhares de pessoas comemorarem um dia histórico para a Colômbia. A cerimônia contou

com a presença de mais de 10 chefes de Estado da América Latina, como os presidentes Raúl Castro, de Cuba, que hospedou as rodadas de negociações, Nicolás Maduro, da Venezuela, Michelle Bachelet, do Chile, Mauricio Macri, da Argentina, entre outros. Também estavam presentes o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, o secretário de Estado dos Estados Unidos, John Kerry, e a diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde. Cerca de 2.500 pessoas foram ao local assistir ao evento (G1 2016).

Foi neste evento que Juan Manuel Santos, presidente da República e Rodrigo Londoño Echeverri, conhecido como ‘Timochenko’, líder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) assinavam o tão esperado acordo de paz, pondo o que parece ser um fim definitivo ao conflito armado reforçado com emocionantes discursos sobre a construção de novos tempos para a sociedade e história colombiana (G1 2016).

O conflito que transformou a Colômbia em um dos países mais inseguros da América Latina por décadas deixou muitas “cicatrices abertas” em sua sociedade. As mortes, ataques terroristas e pessoas que foram ameaçadas, extorquidas e vítimas do narcotráfico comandados pelas FARC ainda mantêm um certo rancor na população colombiana pelos traumas vividos. Os termos exigidos pelos ex-guerrilheiros (que vão vir a ser discutidos nesse artigo) foram muito controversos, sendo alvos de crítica por grande parte da população. No dia 02 de outubro de 2016, foi programado um plebiscito para que a mesma pudesse expressar se estava de acordo ou não com os termos do tratado de paz. O voto no país é opcional e apenas 37,43% das pessoas aptas a votar compareceram. A votação foi acirrada, porém o “não” ganhou com 50,21% dos votos válidos. (Registraduría Nacional del Estado Civil 2016)

Embora, como já mencionado acima, o plebiscito organizado no ano de 2016 tenha mostrado que a maioria da população que votou era contrária aos termos do acordo de paz, tanto o governo quanto as FARC já haviam declarado que não tinham interesse em manter a guerra. Porém, como é descrito no livro, ‘Paz Perpétua’ (Kant 2008, 20), indivíduos podem optar pelo melhor tanto para eles mesmos, quanto coletivamente.

Durante décadas tem se trabalhado muito para que o conflito com as FARC e outros grupos guerrilheiros seja solucionado. A solução tenta ser buscada não só por representantes do governo colombiano, mas de toda a comunidade internacional, através de organizações e autoridades de outros países.

Diante de tal cenário, o presente artigo visa, primeiramente, estudar e entender os motivos que levaram à criação e ao crescimento das FARC, posto que a análise de sua história é de extrema relevância para o entendimento de toda a problemática; envolvendo o acordo de paz assinado em 2016. A escolha deste tema deu-se após a enorme divulgação do acordo de paz para um entendimento mais aprofundado da realidade sul-americana e política global. Política global por envolver grandes organizações, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e também países fora da região sul-americana como os Estados Unidos da América e a União Europeia.

O artigo ainda pretende analisar os motivos que levaram alguns países a participar ativamente, ou não, das negociações do acordo de paz. Essa análise será feita a partir da compreensão da participação histórica já sendo exercida durante décadas, por atores como os Estados Unidos, a União Europeia, alguns vizinhos sul-americanos e também algumas organizações como a Organização das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), entre outras.

Será também objeto de análise, a ausência, ou baixa participação do Brasil no processo para a criação do acordo de paz colombiano, sendo este país a potência regional que visa maior estabilidade, segurança e integração do continente, desempenhando uma liderança por meio de organizações regionais e buscando maior destaque na política global, a exemplo do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Lembramos também que o Brasil tem como um dos pontos principais de sua política externa, “a consolidação de um continente estável e fortalecido na cooperação regional em matéria de defesa” (Carvalho, et al. s.d., 2-3).

## 1. Teoria e método

Para alcançar seus objetivos, o método utilizado nesse trabalho é o de uma pesquisa narrativa de fatos históricos para se ter uma melhor compreensão dos acontecimentos atuais envolvendo o estudo de caso. Alguns dos autores utilizados nesse artigo, como Hylton (2007), Gomes (2017), Altemani e Lessa (2008) e Silva (2015) têm apresentado trabalhos muito ricos em informação para que haja um entendimento histórico do problema a ser observado nesse artigo.

Uma vez que temos mais conhecimento sobre a história do conflito e o momento atual de paz em que a Colômbia está ingressando nos últimos dois anos, verificamos que, como frutos da globalização e importante papel político que as Organizações Não-Governamentais vêm desempenhando, é possível perceber uma transição de um cenário realista para um mais liberal na região.

A começar por entender os aspectos históricos vemos o quanto o cenário realista, do Estado ser o principal ator numa busca pelo poder e ordem de forma coercitiva na resolução do conflito, não tem funcionado para resolver os problemas de distribuição de terras, guerra civil e narcotráfico que a Colômbia vem enfrentando. Desde o início do conflito quando parte da população campesina começa a perder direito de posse de terra em função da busca por expansão de poder da elite e governos colombianos, a mesma é obrigada a resistir e a guerra acaba surgindo como algo natural da política e do comportamento humano. (Pecequillo 2016, 26-63). Embora possa ser repetitivo, a análise do contexto histórico é importante para compreender como surgiu e se estabeleceu no país um cenário quase que anárquico, de crises e guerrilhas permanente.

Esse conflito feriu dois princípios básicos do liberalismo, os quais o acordo de paz assinado recentemente prometeu restaurar, como veremos mais adiante. O primeiro, de acordo com Max Weber, foi o do individualismo metodológico, em determinar que as ações dos povos são frutos de escolhas deles e não de decisões governamentais (Rothbard 2012). No caso da Colômbia, a produção naquele momento seria controlada pelo governo intervencionista economicamente, visando o que acreditava ser melhor para a sociedade como um todo e não aos direitos individuais do pequeno agricultor. E outro princípio foi o de direito à propriedade privada, estabelecendo que os mesmos indivíduos deveriam perder suas terras, sendo tomadas de maneira abusiva pelo Estado como veremos descrito no artigo. O acordo de 2016 visava corrigir esses fatos primeiramente usando ideias próximas ao pensamento de John Lock o qual indica que

um Estado é “formado por indivíduos livres e baseado na prevalência do direito e na defesa da propriedade privada” e que “tanto o fundamento como o propósito da ordem política e social é a liberdade individual, em detrimento das formas de autocracia ou dos excessos de ingerência estatal na vida social (Jatobá 2013, 40)”

Outro fator chave do liberalismo presente no caso colombiano é o da prosperidade que se espera atingir com o acordo de paz. Na ideia do filósofo Montesquieu, o investimento feito pelo governo colombiano e instituições e outros governos que estão cooperando, pode-se reverter em lucros para a economia colombiana nos próximos anos. Isto porque terras antes utilizadas para cultivo de produtos ilícitos, deverão ser agora usadas para um comércio legal e vários ex-combatentes serão ingressados na sociedade econômica ativa. Além disso, o governo da Colômbia busca transmitir um clima de estabilidade econômica, social, política e de segurança estimulando assim mais investimentos de empresas e governos estrangeiros e turismo. O comércio em um Estado democrático se torna, assim, uma fonte de paz (Pecequillo 2016, 94).

A cooperação norte-americana, como já mencionado, deixou de ser uma política de guerra e contenção de drogas para se tornar uma política de atuação através de organizações não governamentais por meio do diálogo, como veremos mais adiante. Neste quadro, os Estados Unidos passam a ser um dos principais financiadores do acordo de paz. De acordo com o filósofo Karl Deutsch, para que haja integração tem que haver um “aprendizado social derivado da interação comunicativa entre as diversas populações, bem como entre as respectivas elites políticas” (Jatobá 2013, 46-47). Como veremos mais adiante, a contribuição brasileira para o acordo de paz foi considerada como muito pequena, ou quase inexistente, devido exatamente a essa falta de comunicação entre os Estados e diferentes ideais políticos.

Além da participação brasileira, será feita uma análise da cooperação entre a Colômbia e Estados da comunidade latino-americana, a União Europeia e os Estados Unidos, além da importância que organizações não governamentais adquiriram na administração da resolução para o conflito da Colômbia em um cenário neoliberal globalizado. Nesse artigo busca-se destacar a participação dessas organizações para proporcionar uma comunicação entre Estados e a guerrilha, e os procedimentos e regras que as mesmas são encarregadas de implementar e acompanhar para que o resultado seja positivo.

Para melhor compreensão da implementação do método, começaremos examinando brevemente uma parte da história colombiana. Lembrando que os eventos a serem descritos na próxima seção focam em motivos que levaram ao surgimento e ampliação das proporções do conflito.

## 2. A Guerrilha na Colômbia: Aspectos Históricos (1964-2016)

Nessa seção iremos analisar o longo histórico de violência e repressão que fizeram parte da história colombiana e originaram o conflito com alguns grupos guerrilheiros, com enfoque maior nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Primeiramente é descrito um período anterior ao surgimento da guerrilha, mas que será de extrema relevância para a compreensão dos motivos que originaram a guerrilha. Logo após veremos o surgimento das FARC e outros grupos guerrilheiros e como se popularizaram e enriqueceram fazendo uso de atividades ilícitas. Por último, o ingresso na política por parte das FARC, o uso do paramilitarismo, intervenção norte-americana e tentativas frustradas de paz.

O conflito com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e com outros movimentos guerrilheiros que viriam a surgir depois teve seu início no final da década de 1940, provocado por tensões sociais num país onde a maior parte da população era formada por agricultores que lutavam por reformas nas estruturas política e social. Jorge Eliécer Gaitán, um político liberal de origem humilde, criou um partido chamado *Unión de Izquierda Revolucionária* em 1933, com o qual contestava as intervenções do governo na economia e defendia a reforma agrária. Apesar de os grandes latifundiários tratarem de acabar com esse movimento rapidamente, Gaitán conseguiu feitos importantes como ser prefeito da capital Bogotá (1936) e Ministro da Educação (1940) pelo Partido Liberal. Como o país já vivia uma verdadeira guerra política entre liberais e conservadores, Gaitán foi assassinado em 1948 em uma rebelião por contestar políticos do governo federal quanto aos crimes de corrupção e dirigir um regime fascista exterminando a oposição. (Molano 2006)

Com a morte de Gaitán, conflitos entre o exército da frente conservadora e os agricultores se intensificaram principalmente nas áreas rurais do país. Nas ruas do centro de Bogotá ocorreu uma revolta tão grande que cerca de duas mil pessoas morreram e vários prédios públicos foram destruídos e vandalizados. O episódio, que ficou conhecido como “*Bogotazo*”, também deu início a um triste capítulo na história colombiana, conhecido como “*La Violencia*” que durou entre os anos de 1948 e 1958 e uma guerra civil não declarada entre os conservadores e pessoas que demandavam reforma econômica e social por parte do governo, além de insurgentes que aproveitavam o estado de caos para exercer atividades ilícitas. Mariano Ospina Pérez, presidente colombiano entre os anos de 1946 e 1950, administrava uma Colômbia



autoritária, conservadora e repressora, afim de manter os liberais longe do poder, e promovendo esse “banho de sangue”. Laureano Gómez, representante do partido conservador assumiu o poder em 1950 dando continuidade à guerra iniciada por Ospina e, com a aprovação de uma nova constituição obteve mais autoridade, diminuiu o poder da igreja no país, acabou com os sindicatos e alguns direitos trabalhistas. As cortes judiciais e a mídia eram controladas pelo governo, enquanto outras igrejas diferentes da católica sofriam constantes ataques. Embora o país estivesse registrando um crescimento econômico, a Colômbia sofreu um golpe de estado ainda durante os anos de *La Violencia* pelo caos e guerra que estavam presentes em todas as regiões do país. Devido à instabilidade na área da segurança, os militares provocaram um golpe de estado e Rojas Pinilla tornou-se então o presidente em 1953, em uma nova ditadura militar controlada pelo Partido Conservador em uma tentativa de acabar com ‘*La Violencia*.’ (La Violencia in Colombia s.d.)

Com o fechamento do espaço político para grupos com ideais mais socialistas, atos violentos sendo causados a todos os indivíduos de uma população rural humilde e terras sendo tomadas pelas autoridades por não estarem sendo lucrativas, parecia que só restava o caminho da insurgência armada. Em 1964, uma missão do exército colombiano com a ajuda norte-americana, que já exercia forte presença política e militar no país, resolveu pôr em prática a ‘*Operación Marquetalia*’ para retomar o território de mesmo nome, que havia se tornado um povoado insurgente. O exército dos rebeldes, comandado por Pedro António Marín, mais conhecido como Manuel Marulanda Vélez ou ‘Tirofijo’, foi derrotado e famílias inteiras foram forçadas a deixar suas terras e fugir para não serem assassinadas pela violência institucionalizada que havia se estabelecido na Colômbia. Embora o governo colombiano e o exército americano possam ter considerado a missão um sucesso, muitos colombianos afirmaram que o conflito de Marquetalia incentivou o surgimento das FARC. Desde seu surgimento, Marandula e seus companheiros queriam que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia se tornassem conhecidas como um grupo de resistência contra o abuso militar colombiano (Leongómez 2004).

No mesmo ano, surgiu também o Exército de Libertação Nacional (ELN), esse formado por jovens universitários de classe média que estavam fascinados com o sucesso de Fidel Castro e de Che Guevara em Cuba. Liderado pelos irmãos Fabio e Manuel Vásquez, o grupo guerrilheiro cresceu e ganhou apoio também de muitos trabalhadores rurais ainda na década de 1960. Ambos os grupos mantinham ideias

Marxista-Leninistas e seus líderes sofreram perseguições e abusos por parte do exército colombiano durante os anos de *La Violencia* (Hylton 2007, 95-104).

Em 1970, Pinilla perdeu sua reeleição no dia 19 de abril e surgiu um novo grupo guerrilheiro conhecido como M-19, formado por alguns dissidentes das FARC. Depois de um período de exigências por melhores serviços públicos, aumentou a repressão estatal e o M-19 tornou-se um dos grupos mais atingidos. Enquanto esses grupos ainda lutavam por ideais políticos na década de 1970 e apoiavam pequenos agricultores e sindicatos, as FARC já haviam mudado de estratégia militarizando-se. Em 1982, o grupo mudou de nome para FARC-EP (adicionando as siglas de Exército do Povo ao seu nome oficial), o que também levou o governo colombiano a vir com uma resposta, criando esquadrões paramilitares prontos para tentar aniquilar esses grupos, como nos tempos de *La Violencia* (Hylton 2007, 95-104).

Durante os anos 1970 e 1980, a Colômbia se tornou uma grande produtora de drogas ilícitas, especialmente cocaína. Várias subdivisões dos grupos guerrilheiros passaram a cultivá-la como uma maneira para aumentar a fonte de renda dos mesmos. Além deles, paramilitares e traficantes urbanos começaram a prosperar com os lucros das vendas. Depois de atingir poder social e político através da corrupção e venda de drogas, alguns traficantes mais famosos, como Pablo Escobar e o Cartel de Cali, viam muitas vezes a guerrilha como concorrência comercial e estabeleceram uma nova guerra armada no país. O novo presidente Belisario Betancur (1982-1986), embora conservador, cedeu à nova onda liberalista e fez

a primeira tentativa de negociar um cessar-fogo e uma agenda de paz com as insurgências ... como um primeiro passo, declarou anistia e libertou mais de mil ativistas políticos e guerrilheiros encarcerados. Betancur afirmou que a desigualdade social era a culpada das enfermidades produzidas pelas guerrilhas (Hylton 2007, 108-109).

Infelizmente o plano de Betancur não funcionou devido à insatisfação da elite colombiana que não aceitava a reforma agrária, a anistia aos guerrilheiros e a inserção dos mesmos na política colombiana.

Ainda no final de 1985, as FARC com a ajuda do Partido Comunista Colombiano, criaram a União Patriota (UP), que viria a ser um partido de esquerda para fazer frente à direita conservadora que governava o país por décadas. A vantagem na criação desse partido seria não só a de dar voz a uma parte menos favorecida da população, mas também a de acabar atraindo líderes da esquerda e membros de outros grupos guerrilheiros como o ELN. Embora as FARC cada vez mais se faziam uma voz

na Colômbia através da guerra, a UP pregava a paz, justiça social e reforma política. Seus membros, no entanto, acabaram se tornando alvos de extrema repressão e assassinatos, por parte do próprio governo que não aceitou a série de derrotas nas eleições nacionais em 1986, fazendo assim com que a União Patriota perdesse o título de partido político por falta de integrantes. A UP marcou não somente a primeira tentativa de paz entre a guerrilha e o governo, mas também a primeira vez que as FARC conseguiram forte expressão política no país (Mapping Militant Organizations 2015).

Em 1990 César Gaviria foi eleito presidente da Colômbia, começando um processo de paz com o M-19 e outros grupos menores com base na criação de uma nova constituição (1991) reconhecendo direitos territoriais aos povos indígenas, antes excluídos da sociedade colombiana e forçados a se deslocarem em função da expansão de terras destinadas à elite. As FARC rapidamente trataram de ocupar territórios pertencentes a esses pequenos grupos guerrilheiros que aceitaram negociar com o governo de Gaviria, dando início a uma guerra entre os mesmos e ex-guerrilheiros remanescentes nos locais (Hylton 2007, 119-122).

Na década de 1990, o ELN e as FARC eram praticamente as duas organizações guerrilheiras que se mantinham fortes na Colômbia, ganhando a simpatia das minorias e lucrando através de sequestros, assassinatos e produção de drogas ilícitas não apenas em território colombiano, mas também no Peru e Bolívia. Além disso, a guerrilha havia sido por décadas

a força armada do movimento camponês em territórios escassamente povoados dos quais o governo colombiano jamais havia se encarregado, lugares sem infraestrutura nem serviços públicos e que não contavam sequer com clientelismo partidário ... as FARC eram a força mais importante, fazendo um apelo ao governo para que cumprisse as promessas de reforma agrária e desenvolvimento de infraestrutura, criasse cooperativas de crédito e proporcionasse assistência técnica e proteção dos preços ... combinando-o com as tradições de vingança próprias do período de *La Violencia* ... Enquanto em 1978 as FARC tinham 17 frentes em regiões periféricas, em 1994 já contavam com 105, as quais operavam em cerca de 60% dos 1.071 municípios colombianos (Hylton 2007, 127-130).

Apesar da violência, a guerrilha era vista não apenas como um grupo que lutava pela causa social campesina no país, mas como autoridade local e uma fonte de crescimento financeiro rápido em algumas das regiões menos favorecidas da Colômbia.

Em 1998 Andrés Pastrana, candidato conservador, assumiu a presidência e começou novos diálogos com as FARC para um acordo de paz. Como garantia, mandou retirar o exército de uma área conhecida como *El Caguán*, no centro sul da Colômbia. Porém, essa ação gerou efeito contrário, fazendo com que a guerrilha tomasse o controle

da região, usando-a para transportar drogas. A situação se agravou quando integrantes das FARC sequestraram o deputado Jorge Eduardo Géchem, que permaneceu mais de seis anos em cativeiro (Infobae 2012).

Enquanto as negociações ainda ocorriam, as FARC deram continuidade com sequestros e tráfico de drogas e aumentaram seu número de combatentes para 17.000. Por outro lado, Pastrana, com a ajuda do presidente norte-americano Bill Clinton acionou o Plano Colômbia, em que tropas americanas iriam fortalecer o exército colombiano na guerra contra a guerrilha. Nesse plano também tinha pontos importantes e questionáveis quanto ao resultado, de se criar um plano de desenvolvimento para o país e sociedades discriminadas que estavam na guerra. Foi registrado um aumento nas atividades bélicas, extorsão e sequestros no país. Entre os anos de 1998 e 2002, período em que Pastrana estava no poder, foram registradas 17.043 infrações aos direitos humanos, com 18.595 vítimas da violência política e social e 14.342 mortes (Otero 2010, 14).

Devido ao insucesso de Pastrana nas negociações de paz e ao fato de os níveis de violência no país terem aumentado radicalmente, a Colômbia viu a ascensão do *Partido Social de la Unidad Nacional (Partido de la U)* e elegeu o conservador Álvaro Uribe, que viu como solução para o problema colombiano, a eliminação das guerrilhas. Uribe não apenas intensificou os investimentos na guerra, como aumentou impostos e o poderio de grupos paramilitares, usados como instrumento político. Para estabelecer a segurança em várias regiões, os paramilitares funcionavam como uma máfia, cobrando caros impostos de comerciantes, transportadores e agricultores em troca de proteção contra a guerrilha, apesar de muitos terem se envolvido no tráfico de drogas. Em 2005, foi assinada a ‘Lei de Justiça e Paz’ a qual dava anistia aos paramilitares por seus inúmeros crimes cometidos com a população civil, em uma tentativa de diminuir o poder da guerrilha, o que gerou várias críticas de organizações internacionais, já que violaram em muitos casos os Direitos Humanos e acabaram não confessando os crimes. Esse ato acabou na verdade criando mais grupos paramilitares que aproveitavam a anistia para matar líderes sociais, testemunhas das vítimas dos abusos, defensores dos direitos humanos, etc. (Dario 2010, 623-630).

O governo de Álvaro Uribe ficou categorizado como mais um governo de forte repressão e violência generalizada na história colombiana. Vários delitos aos direitos humanos vinham sendo cometidos, a produção de coca, já além da fronteira do país, “continuava próxima dos níveis de 1999” e “em 2004, 0,4% dos latifundiários

possuíam todas as terras com títulos, enquanto a pobreza rural de 82,6% em 2001 sobe para 85% em 2003” (Hylton 2007, 166-168).

Nas eleições presidenciais de 2010, o Partido de la U elegeu como presidente da república Juan Manuel Santos que estava cumprindo mandato de Ministro da Defesa durante o governo de Uribe. Já em 1997, Santos, juntamente com o escritor Gabriel García Márquez, havia criado um esboço de um plano de paz em que já previam um diálogo sendo feito entre autoridades e guerrilha em uma área desmilitarizada (Juan Manuel Santos 2018).

Em 18 de outubro de 2012, iniciaram-se as negociações de paz entre o governo e as FARC na cidade de Havana em Cuba. Depois de longas negociações, foram desenvolvidas políticas a serem executadas com participação da Organização das Nações Unidas e capital estrangeiro (Juan Manuel Santos 2018). Na próxima seção desse artigo iremos analisar a formulação do acordo e seus principais pontos a serem executados para a construção de paz na Colômbia.

### **3. O plano de paz de 2016: propostas e desafios**

Depois de analisados os aspectos históricos do conflito colombiano, examinaremos as propostas do acordo de paz. Serão comentados os níveis de importância e impacto de cada um dos pontos do acordo de paz, acompanhados de observações de como vêm sendo executados até o momento. Também serão ponderados alguns desafios e objeções à execução da construção de paz pós-conflito.

Como já foi mencionado, no dia 18 de outubro de 2012, foi iniciada uma fase de mesas de conversação com as FARC em Oslo na Noruega, durante a qual a população civil enviou propostas para o governo colombiano e reuniões eram acompanhadas por representantes dos governos Chileno e Venezuelano. Ainda no mesmo ano, as negociações vieram a ser hospedadas na cidade de Havana em Cuba. Dessa vez nenhum dos dois lados rompeu com suas atividades militares na guerra civil, mas foi possível perceber uma grande interação da população para negociar a paz com as FARC. Sessenta vítimas do conflito foram escolhidas para viajar a Havana para enfatizar a necessidade do fim da guerra e expor propostas e expectativas (El Acuerdo Final de Paz 2016).

Pelo que pode ser visto na história do conflito, “a comunidade política nacional não foi ampliada para incluir afro-colombianos, grupos indígenas, mestiços da fronteira agrícola, habitantes das zonas periféricas das cidades, feministas, defensores dos Direitos Humanos ou ambientalistas que trabalhassem com a UP, e muito menos, com a esquerda comunista que havia forçado a abertura” (Hylton 2007, 113). Essa exclusão das minorias acabou levando que muitos afiliassem-se à guerrilha. No entanto, o governo de Santos foi inteligente o suficiente por, pela primeira vez, reunir grandes empresários, representantes da igreja, indígenas, trabalhadores rurais, acadêmicos e representantes da ONU nas mesas de conversações, criando a ideia de que a implementação da paz seria um processo democrático (El Acuerdo Final de Paz 2016).

O acordo de paz possui seis pontos cruciais que funcionam como pilares para a sua implementação: reforma rural integral, participação política, o fim do conflito armado, solução para o problema das drogas ilícitas, reparação às vítimas e por último que haja uma implementação, acompanhamento e endossamento da construção de paz na Colômbia (El País 2016).

Antes que esses pontos cruciais começassem a ser executados de fato, o primeiro passo seria a desmilitarização das FARC. O procedimento de entrega das armas,

monitorado pela Organização das Nações Unidas, “e desmobilização pelos insurgentes devem ser interpretadas essencialmente como uma decisão sensata de renúncia coletiva aos métodos violentos de impor objetivos e de solicitar a entrada no sistema de vida democrático do país com todas as suas virtudes e defeitos” (Morales Nieto 2015, 13). Em agosto de 2017, a ONU concluiu o processo de desarmamento das FARC retirando de seus 26 campos mais de 8.000 armas e explosivos e aproximadamente 1,3 milhão de cartuchos queimados (Delgado 2017).

O acordo de paz estabeleceu que, após o desarmamento do grupo, as FARC poderiam se converter em um partido político, como assim o fizeram. Apesar da sigla permanecer igual, FARC, a partir de 2017, passou a significar Força Alternativa Revolucionária do Comum e conseguiu garantir cinco vagas para a Câmara e outras cinco vagas para o Senado mesmo tendo menos de 100 mil votos nas eleições de 2018 para o Congresso. O tema de participação política é um bem tanto para os ex-membros das FARC, quanto para a população residente em áreas com maior influência do conflito que poderão expressar suas escolhas políticas pela primeira vez. Como foi debatido na parte desse trabalho sobre o contexto histórico do conflito, as FARC lutam para ser uma voz política desde seu surgimento e começou a ganhar mais força com a criação da Unión Patriota. As escolhas dos ex-combatentes das FARC para representação na Câmara foram bem controversas, uma vez que são conhecidos na Colômbia por seus crimes de guerra, “os mesmos que, graças à demora na tramitação legislativa, não foram submetidos aos tribunais da Justiça Especial para a Paz, o organismo previsto no acordo de paz para julgar os crimes do conflito armado” (Marcos 2018). O baixo desempenho nas primeiras eleições de sua história mostra que as FARC ainda terão um longo caminho a percorrer para apagar o passado de guerra e sequestros que marcou a sociedade colombiana.

O segundo ponto crucial do acordo de paz e talvez um dos mais delicados é como lidar com as vítimas do conflito. Seguindo exemplos de países que acabaram com longos conflitos em sua história, como Irlanda ou África do Sul, a Colômbia criou o Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição e que será responsável por ouvir a confissão de crimes de ex-guerrilheiros, paramilitares, agentes do Estado, ou mesmo colher depoimentos das vítimas. Apesar de uma evidente insatisfação de grande parte da população em relação a paz com a guerrilha, mais de 6000 ex-membros das FARC serão anistiados de seus crimes. Porém o governo afirmou que vários ainda estão sendo investigados e os mesmos serão julgados dependendo da gravidade do crime e

podendo haver a necessidade de exercer trabalho social em pró da comunidade afetada diretamente pelo ato. Muitas pessoas que foram forçadas a deslocar-se devido ao conflito poderão voltar ao seu território. Estima-se que:

desde 1985, cerca de sete milhões de pessoas foram forçadas a fugir de suas casas, mais de 267 mil foram mortas, cerca de 46 mil pessoas foram vítimas de desaparecimentos forçados e cerca de 30 mil foram tomadas como reféns. Milhares mais foram vítimas de tortura, violência sexual e minas terrestres, enquanto cerca de 8.000 crianças foram recrutadas à força por guerrilheiros e grupos paramilitares. Muito poucos dos responsáveis foram jamais levados à justiça (Colômbia: Acordo de Paz deve abrir porta à justiça 2016).

Uma das principais pautas de toda a guerra entre as FARC e o Estado Colombiano é a reforma agrária, fazendo com que o governo se comprometa a criar “programas de desenvolvimento, que incluem melhorar o acesso à saúde e à educação nas zonas rurais, além de ações de fomento econômico. Um dos pontos mais interessantes é que as famílias deslocadas de suas terras em razão dos conflitos poderão voltar a trabalhar em suas propriedades”. Também serão redistribuídas para os ex-combatentes, que voltarão à sociedade civil, terras que foram usadas para fins ilícitos, com o intuito de incentivar a agricultura (Ruic 2016).

O acordo prevê a elaboração de uma política de estrutura agrária que irá corrigir a desproporção na divisão de terras usadas para a agricultura. Desde o começo do conflito com as FARC, não é realizado um censo para se ter controle da distribuição de terras no país. A explicação é óbvia quando nos referimos a um país que vive uma guerra civil no campo, porém nota-se também a ausência de políticas para restituição de terras às vítimas e falta um registro básico de posse das terras (Morales Nieto 2015, 1-5).

O autor Morales Nieto sugeriu também a criação de uma estratégia de política agrícola comercial para fazer com que a produção abasteça os mercados internos e externos sem que o governo interfira diretamente no mercado, mas apenas visando um crescimento econômico e uma produção diversificada. O governo poderia primeiramente fazer um estudo de mercado, integrar os novos pequenos agricultores com as grandes empresas já estáveis e que haja uma conexão entre a reforma agrária e políticas macroeconômicas, como a redução de impostos e até mesmo uma proteção ao produto nacional (Morales Nieto 2015, 8-9).

Visivelmente “as zonas rurais do país são as mais afetadas pelo conflito. Em algumas áreas isoladas pela guerra não chegaram energia elétrica, água ou serviços



básicos de educação e saúde.” O acordo visa em um dos seus principais pontos, a criação de uma “reforma agrária com a regularização da situação de quem não tinha títulos das propriedades e a criação de um fundo de terras. Os investimentos em infraestrutura também seriam contemplados.” Com a vitória do ‘Não’, o país deixa de crescer economicamente e os investimentos estrangeiros recuam, devido ao clima de insegurança e instabilidade no país (Azevedo 2016).

Junto com a reforma agrária e um financiamento de crédito para os novos agricultores do país, viria uma solução natural e muito mais pacífica, do que foi o Plano Colômbia durante os governos de Pastrana e Uribe, para os problemas das drogas no país. O governo colombiano se comprometeu a combater a corrupção em instituições, fruto da influência do narcotráfico no país e trabalhar em conjunto com populações que estavam diretamente vinculadas com o cultivo das drogas, substituindo-o por outros tipos de plantio. O governo também se dispôs a criar um programa de tratamento para usuários de drogas (El País 2016).

Com o fim do conflito com as FARC, o país pode adquirir um notável ganho econômico além do bem-estar de sua população. Estima-se que o governo colombiano gastou aproximadamente 3,3% de seu Produto Interno Bruto com a guerra entre os anos de 1998 e 2011; por outro lado pesquisas apontam que esse mesmo valor vindo sendo usado em pró da população; e investimentos em infraestrutura poderiam ainda gerar um rápido ganho econômico de até 2% anuais e um crescimento maior a longo prazo (Morales Nieto 2015, 3-7).

O paramilitarismo e a desaprovação de grande parte dos colombianos em relação a ex-guerrilheiros das FARC serem incluídas na sociedade são problemas antigos, mas ainda presentes no país. Com o processo de desarmamento das FARC, a violência no campo não tem apresentado índices de redução, o que vem sendo extremamente preocupante para as autoridades. “Em 2017 os assassinatos de líderes sociais aumentaram 45%. Só em janeiro de 2018, 23 dirigentes foram assassinados. Isso significa que o Estado não está cumprindo com a parte dele no acordo” (Serafini 2018) em relação a proteção aos ex-combatente e a segurança na implementação do acordo de paz.

Outro forte empecilho para a paz na Colômbia é a forte influência que ainda tem o ex-presidente Álvaro Uribe. O mesmo e seus milhões de seguidores se mostram completamente contrários ao acordo de paz, dizendo que continuam “representando milhões de colombianos que querem justiça de verdade, rejeitam este plebiscito

ditatorial e nunca aceitarão este golpe de Estado contra a democracia” (Zerbato 2015) e espalhando discursos de ódio sempre lembrando os crimes que as FARC cometeram ao longo de sua história.

Outro empecilho para se atingir a paz está sendo a alta e preocupante dissidência das FARC por membros de regiões no sul da Colômbia que foram bem afetadas pelo conflito. Já em março de 2017, as FARC tinham mais de 200 dissidências e estima-se que com a demora do governo colombiano para efetuar as melhorias descritas no acordo de paz, pode haver mais dissidentes e o conflito não ter um fim por completo (Fuerzas Militares 2017).

Durante as várias negociações de paz ao longo da história do conflito, vários atores internacionais têm apoiado uma resolução pacífica a ser executada na Colômbia. Sem a participação dos mesmos, seria impossível a implementação do acordo e no combate às drogas, como será analisado na próxima seção.

#### **4. A Guerrilha e a participação de atores externos**

A paz na Colômbia vem sendo construída em grande parte com ajuda financeira e de planejamento externo. Há o papel fundamental que instituições estão fazendo para intermediar as negociações e ajudar com ações e investimentos na implementação da paz. Além dessas organizações, alguns Estados e a comunidade latino-americana têm ajudado na resolução do conflito colombiano. Nessa seção será possível observar a participação desses atores em combater a guerrilha e ajudar na implementação do acordo de paz.

##### **Os Estados Unidos e a ONU**

Várias organizações internacionais estão participando, como Instituto Latino Americano para Sociedade e Direitos Alternativos (ILSA), o Comitê Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos (CPDH), o Danish Demining Group (DDG) e principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU).

Os Estados Unidos, principal contribuinte financeiro da ONU, tenta através da organização uma solução melhor do que a “Guerra às drogas” que foi implementada nos anos 80 e 90. O governo norte-americano tem sérios problemas com o narcotráfico que atua na Colômbia. Cooperando com o acordo de paz, conseguiria controlar se não extinguir esse problema que o atinge diretamente.

A relação da Colômbia com os Estados Unidos sempre tem sido bem próxima. Devido ao interesse norte-americano na região por uma posição estratégica e posteriormente, o combate às drogas, as presenças militares, políticas e culturais têm sido atividades vistas constantemente no país. Mesmo tendo o Brasil, potência regional, como vizinho, a Colômbia prefere se aproximar dos Estados Unidos, especialmente por motivos econômicos, já que suas exportações bilaterais têm sido de 40%, enquanto com o Brasil, apenas 1% (Castro 2009, 69).

Desde os anos 1970, quando o problema do consumo de drogas se intensificou nos Estados Unidos, as autoridades norte-americanas têm identificado a América Latina como fornecedor e vêm tentando anular o problema já na sua origem. O Plano Colômbia, criado em 1998, contou com mais de 7,5 bilhões de dólares sendo gastos no combate contra os narcotraficantes e já continha alguns dos pontos estratégicos que poderiam vir a formar o acordo de paz: “I. o processo de paz; II. a economia colombiana; III. O desenvolvimento social e democrático; IV. A luta contra o tráfico de

drogas – chamado no Plano de narcotráfico; V. a reforma do sistema judicial e a proteção dos direitos humanos” (C. C. Silva 2015)

Esses pontos estratégicos não foram cumpridos e na prática os resultados alcançados foram bem diferentes, especialmente no que se refere à proteção dos direitos humanos. Desde o início, o Plano Colômbia foi criticado por representantes da União Europeia, que não aprovavam a “militarização do combate à droga”, e por países sul-americanos, como Venezuela e Brasil por temerem o imperialismo americano se espalhando na região. Vários militares norte-americanos foram deslocados para território colombiano para ajudar no combate e treinamento dos soldados colombianos. As forças armadas colombianas passaram por um rápido processo de modernização e cada vez mais o número de pessoas deslocadas foi aumentando radicalmente. Em 2002, o número de pessoas deslocadas por causa do conflito já alcançava quase meio milhão de pessoas, o crescimento das tropas militares durante o governo de Uribe foi de 36,2% e houve aumento nos investimentos na guerra por parte do governo colombiano também de 5,3% do PIB (Ceará 2009, 218-221).

Países como China, Cuba e Irã já haviam expressado apoio a diálogos de paz na Colômbia e posteriormente a União Europeia (Castro 2009, 50). A paz, no entanto, começou a ser dialogada através de organizações não governamentais, ao invés de chefes de Estado. Essas organizações estão sendo os principais atores no processo da construção de paz que já vem sendo executado na Colômbia. A Organização das Nações Unidas é o ator principal e fundamental para que alguns procedimentos do peacekeeping ocorram, desde novembro de 2012 quando as primeiras negociações começaram em Havana, Cuba, por ser um território neutro (Opera Mundi 2016).

Cada vez mais o número de missões de paz organizadas pela ONU vem aumentando enormemente fazendo com que a cada ano, uma maior parte de seu orçamento seja destinado a missões de paz. Além de muitos países aproveitarem esse gasto das Nações Unidas para manter suas Forças Armadas em atividade e conseguir um orçamento a mais do que o previsto, a própria Colômbia, que já tem a guerra civil interna como principal causa dos gastos do governo, não possui infraestrutura própria para conseguir combater as operações ilegais causadas pela guerrilha.

Agências da ONU já operam missões de trabalho humanitário dentro do país na ajuda de reconstrução da sociedade civil por parte dos deslocados em razão do conflito. Uma das principais agências é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) que trabalha com pessoas deslocadas fornecendo-lhes direitos

humanos básicos, como habitação, comida, educação e saúde em 25 das principais cidades colombianas e algumas áreas rurais. O ACNUR ainda relata que mesmo com as negociações de paz, foram registradas 47 situações de emergência que afetaram aproximadamente 14 mil pessoas (Situación Colombia 2017).

Outra organização da ONU que merece destaque em sua contribuição para o pós-conflito, é a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. A mesma trabalha em conjunto com o Ministério do pós-conflito para aprimorar técnicas no uso da terra em programas de desenvolvimento à agricultura familiar. Juntos irão desenvolver um programa de Segurança Alimentar e Nutricional em áreas antes tomadas pelo conflito (Food and Agriculture Organization 2016).

### **União Europeia**

Algumas organizações apoiam ou tentaram ganhar uma maior relevância na resolução do conflito, como é o caso da União Europeia (UE), que era contrária à política Estado-unidense na guerra ao narcotráfico e buscava se envolver mais em questões humanitárias e sociais, embora o governo colombiano sempre preferiu manter interesses políticos com os Estados Unidos e tornando-se o principal aliado norte americano no continente. Na primeira fase do combate às drogas, a União Europeia explorou diretamente, por meio da cooperação com organizações não governamentais, programas de tratamento para toxicodependentes. A segunda fase seria ir atrás daqueles que enviam as drogas ilícitas para a Europa. Por último, ir para os países que produzem essas substâncias, realizando programas de desenvolvimento social com a ajuda de organizações maiores como a ONU, para que elas possam remover essas pessoas ligadas às atividades ilícitas (Cruz 2007).

Durante os anos de 2001 a 2016, a União Europeia considerou as FARC, um grupo terrorista que ameaça à paz no mundo, congelando seus bens em solo europeu e condenando todas as atividades de sequestros, assassinatos e narcotráfico exercidos pela organização (EBC Agência Brasil 2017).

Porém, a UE sempre apoiou diálogos de paz entre a guerrilha e o governo colombiano e cooperou na luta contra o narcotráfico. Eamon Gilmore, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Irlanda, foi nomeado em novembro de 2015 para ser um representante da UE nas negociações. Nos últimos 15 anos, a União Europeia e seus países membros têm feito enormes investimentos financeiros no combate à guerra e

ações ilícitas cometidas pelas FARC, superando 1 bilhão de euros. Para o pós-conflito foram designados mais de 600 milhões de euros (Europe Direct 2018). Esses investimentos

reúnem fundos de cooperação provenientes do Fundo Fiduciário da UE para a Colômbia (cerca de 95 milhões de euros de subvenções), do Instrumento para a Estabilidade e a Paz (28 milhões de euros), a fim de apoiar o plano de resposta rápida do governo colombiano, empréstimos concedidos pelo Banco Europeu de Investimento (400 milhões de euros), juntamente com os programas de cooperação em curso (67 milhões de euros para o período 2014-2017) (Europe Direct 2018).

O Fundo Fiduciário da UE que será doado entre os anos de 2016-2020, é direcionado para ajuda humanitária, contribuindo bastante com o desenvolvimento rural. Já os investimentos do Instrumento para a Estabilidade e a Paz ajudarão na “desminagem humanitária em 6 dos 20 municípios mais afetados pelas minas terrestres; apoio aos mecanismos de justiça local; e ações de sensibilização e de educação para a paz” (Europe Direct 2018).

### **Comunidade Latino Americana**

A Comunidade Latino-americana, e em particular a Comunidade Andina demonstrou, também total apoio moral e financeiro para o acordo de paz, já que as FARC exerciam presença em territórios vizinhos, como é o caso de Equador, Venezuela, Peru e Brasil. Esse último, no entanto, não demonstrou muito interesse pelo tema em sua agenda internacional (tema que será explicado mais adiante no artigo). Esses países junto com o Panamá, têm atuado em missões de cooperação com o governo colombiano para conter as FARC, porém na maioria dessas missões, as tropas militares ficam apenas encarregadas de atividades de fiscalização em regiões de fronteira (Nobre 2013, 262-270).

A Organização dos Estados Americanos, que sempre teve como uma de suas principais pautas, a questão da segurança internacional, tem trabalhado com a questão do narcotráfico no continente, que era uma das principais fontes de renda para as FARC e durante o governo do ex-presidente colombiano Álvaro Uribe, já vinha acompanhando algumas tentativas frustradas de estabelecer a paz. (Viana 2009)

O seu compromisso com o estabelecimento de democracia na região, refutando novos ditaduras, como houve em um passado recente, fazia com que a organização considerasse as FARC como apenas um grupo criminoso. Embora a sua Comissão Interamericana de Direitos Humanos sempre considerou a situação na Colômbia como uma das mais agravantes no continente. Em sua política de combate às drogas, a

organização estabeleceu em sua Conferência de Santiago de 1998, que os Estados membros deveriam informar suas ações e estratégias no controle de fronteira para combater o narcotráfico (Alves 2006, 85-87).

A cooperação internacional tem sido o principal plano de ação para a resolução de problemas como o vivido pela Colômbia. As FARC inclusive, foi uma das principais causas para a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em 2008, quando tropas colombianas atacaram membros da guerrilha já em território equatoriano, além da necessidade de integração e investimentos no mercado bélico da região para manter a segurança e criar paz no continente (Abdul-Hak 2013). As diferenças ideológicas, no entanto, aumentaram muito na medida que os países do Cone-Sul se desenvolveram e começaram a projetar sua política em âmbito global, e vários dos países Andinos têm preocupações maiores com sua segurança interna.

Apesar do alto número de conflitos regionais e fatalidades sendo causada em razão dos mesmos, a América do Sul busca intensamente tornar-se um ambiente de paz no cenário internacional. Os atores que se responsabilizam pela manutenção de

[...] paz e a segurança, por sua vez, são os próprios Estados, mas também se conta com a atuação de Organizações não Governamentais (Ongs). Por fim, o nível de integração regional é considerado médio, pois as políticas adotadas levam em consideração o ambiente regional, mas praticamente não há cessão de parcelas de soberania em favor das instituições regionais – nem perspectivas para que isso ocorra no futuro próximo... há um compromisso com a paz e há laços formais e informais entre seus integrantes, mas o caminho a percorrer no sentido da paz positiva – resolução dos problemas relacionados à pobreza e à desigualdade de renda – não permite classificá-la como uma comunidade regional (Desiderá Neto 2013).

Depois do sucesso nas negociações entre o governo Colombiano e as FARC para a assinatura no acordo de paz, diálogos com os líderes do ELN estão sendo realizadas em Quito, Equador. Embora seja difícil imaginar qual vai ser o resultado, já que a guerrilha sofre com dificuldades econômicas e organizacionais, se beneficiaria com o que o governo pode oferecer, no entanto continua com sequestros e tráfico de drogas (Gobierno y ELN prendieron los motores de la paz en Quito 2017).

A comunidade Sul-Americana tem se mostrado solidária à resolução do conflito com a guerrilha. Percebe-se uma ausência ou participação muito pequena dos países do Mercosul. A seguir, será feita uma análise da participação do Brasil, pelo fato de ser a potência regional e não estar envolvido nas negociações e nas políticas do pós-conflito.

## **5. O Brasil e a Guerrilha colombiana: qual contribuição?**

O acordo de paz entre o grupo guerrilheiro FARC e o governo colombiano assinado em 2016, promete trazer uma nova era para a sociedade colombiana, onde a busca de interesses dos dois atores gerará um bem comum não apenas para o país, mas também para a segurança internacional em parte do continente. Percebem-se princípios do liberalismo sendo introduzidos no acordo, com cooperação internacional por parte de outros Estados e o papel importante que instituições internacionais adquirem para o sucesso do processo de implementação da paz. Os ex-integrantes das FARC poderão obter por meio dos direitos humanos internacionais anunciados no acordo, mais liberdade e acesso à vida, educação, política e à propriedade privada com direito também ao livre comércio. Por outro lado, o governo colombiano poderá fornecer mais segurança e estabilidade à sua população e a seus Estados vizinhos, sobre os quais as FARC exercem presença, caso o acordo seja cumprido.

Um desses vizinhos é o Brasil, o qual não participou diretamente nas negociações, e apenas acompanha de longe o processo de um acontecimento que pode ser um marco histórico para o continente e uma grande oportunidade para o Brasil conseguir uma inserção mais ativa no cenário regional e mundial. Essa seção do trabalho analisará a pequena participação do Brasil em lidar com o problema do conflito colombiano e sua colaboração em políticas que ajudariam no pós-conflito.

Por que o Brasil não participou nas negociações? Analisando esse problema a um nível nacional, é comum a existência de pouca informação a respeito do acordo de paz na mídia brasileira, mas também até em veículos oficiais do governo federal. Ao longo da história a política externa brasileira perante seus vizinhos tende a ser mais voltada para fins comerciais, sobretudo com os países do Cone Sul. Durante muito tempo o Brasil tem voltado as costas para os países mais ao norte do continente sul-americano (Doratioto e Vidigal 2017, 115).

Nas últimas décadas, as organizações internacionais como a UNASUL têm ajudado em uma maior interação entre os países do continente. Brasil e Colômbia são dois países, que apesar de vizinhos, têm relações distantes; e a presença das FARC no Brasil ocorre em uma área na fronteira da Amazônia em que a presença do Estado é mínima, por serem regiões longe dos grandes centros.

O Brasil passou a se preocupar com as FARC a partir de 1991, durante um ataque do grupo guerrilheiro a um destacamento do Exército Brasileiro em Traíra, AM.



Com a instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), várias tropas foram transferidas do sudeste brasileiro para a região da fronteira com a Colômbia. Apesar de um investimento até destacável com a cooperação ao governo de Bogotá e empresas do mercado bélico, o Brasil raramente teve que lidar diretamente com as FARC e a operação tornou-se uma fiscalização à entrada de drogas ilícitas no país (Altemani e Lessa 2008, 292-295).

Por outro lado, Uribe, que mantinha forte relação com os EUA, já acusava o Brasil mais recentemente de permanecer neutro em relação a problemas diplomáticos entre a Colômbia e Venezuela, assim como com o Equador. O Brasil agia em clima de desconfiança em relação à Colômbia, especialmente após a instalação de 9 bases militares norte-americanas em seu território (Gomes 2013, 142-161).

O governo brasileiro classifica o conflito colombiano como um assunto interno à Colômbia e que, portanto, é relativo apenas à nação colombiana. Com esse pensamento se mantém, em respeito ao princípio de não intervenção, isento de participar das ações do teatro de guerra desenhado pelos Estados Unidos. No entanto, juntamente com a comunidade internacional tem criticado severamente as Farc-ep, em decorrência do desrespeito por parte da guerrilha aos direitos humanos (manutenção de reféns em plena área de selva), das retaliações e assassinatos injustificados de camponeses e opositores (Ceará 2009, 220)

Em 2014, já no governo de Juan Manuel Santos, o exército brasileiro cooperou com uma missão do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) em parceria com uma organização local chamada “Colombianas e Colombianos Pela Paz”, no resgate de reféns que já estavam no poder das FARC há 14 anos. Militares e policiais foram resgatados por equipes de apoio brasileiras que contribuíram desde as negociações em uma região no sudeste do território colombiano (Portal Brasil 2014).

A conclusão que é possível chegar da leitura da pequena nota emitida pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil após o acordo de paz ser assinado, é de que a ajuda brasileira não foi requerida para esse acontecimento. O então ministro das Relações Exteriores José Serra (2016-2017) desejou felicitações e solidariedade ao país vizinho. O ministro também demonstrou discreta preocupação com a vitória do ‘Não’ no plebiscito para a paz afirmando que: “O governo brasileiro expressa sua esperança de que o novo texto obtenha o necessário apoio da cidadania colombiana e que o mesmo espírito de boa-vontade e de reconciliação nacional prevaleça durante a implementação do acordo de paz, bem como nas negociações ainda em curso com o ELN, em benefício da Colômbia e de toda a região” (Serra 2016)

Vários países da região contribuíram financeiramente ou socialmente para que tal feito fosse possível. Já que o Brasil não participou da longa etapa de negociações, ainda seria possível, caso desejasse, uma inclusão no pós-conflito. Pode-se usar o caso da missão de paz que o país liderou no Haiti, como exemplo de maneira ilustrativa, sobre como o Brasil poderia atuar no processo de paz colombiano. Durante o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Brasil enviou suas tropas para a MINUSTAH (*United Nations Stabilization Mission in Haiti*) com o objetivo não apenas de estabilizar a paz no país, mas também colaborar com melhorias sociais, políticas e econômicas para o Haiti, o que poderia ser considerado inovador para o procedimento padrão da ONU em missões de paz exercidas durante a sua história. Lula fez um de seus projetos políticos durante seu governo “a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em seus ideais democráticos e de justiça social” (L. I. Silva 2003).

Há anos, o Brasil busca uma maior liderança regional e maior visibilidade em grandes organizações internacionais como a ONU, disputando um assento permanente no seu Conselho de Segurança. Quando foi dado início para a MINUSTAH, no conselho de segurança da ONU, o cargo de liderança da missão também foi ofertado ao Chile, que teria condições de exercer a missão e também a Argentina poderia se oferecer em busca também de maior visibilidade internacional. O Brasil conseguiu liderança com uma proposta de tentar criar uma reconciliação política e desenvolvimento econômico, além de obter uma maior interação das tropas militares com a população local em projetos sociais, mantendo sua imagem de país pacifista e solidário em questões humanitárias. (Correa e Matijasic 2014).

De acordo com os Objetivos Nacionais de Defesa, devido ao grande número de crimes transnacionais criando conflitos no continente sul-americano, é de extrema importância para a estratégia brasileira defender sua soberania em um processo de desenvolvimento integrado na região. O Brasil, ao contribuir com a construção da paz na Colômbia poderia ajudar a comunidade local e reforçar a ligação entre países que nunca tiveram uma relação próxima. O artigo 4.4 dos Objetivos Nacionais de Defesa afirma que: “A segurança de um país é afetada pelo grau de estabilidade da região onde ele está inserido. Assim, é desejável que ocorram o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países vizinhos para reduzir os delitos transnacionais e alcançar melhores condições de desenvolvimento econômico e social, tornando a região mais coesa e mais forte” (POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA 2012).

Com a execução do acordo de paz colombiano sendo realizado no momento, as tropas brasileiras poderiam anexar-se às tropas da ONU e trabalhar na Colômbia da mesma maneira que fizeram no Haiti; ajudando no desenvolvimento social e político no país. Embora a diplomacia brasileira tenha expressado forte resistência ao intervir em assuntos internos de outros países, o Brasil estaria trabalhando em uma cooperação em desenvolvimento e redução de desigualdades sociais, como o próprio presidente Lula já havia oferecido afirmando, que o Brasil estaria disposto a ajudar países na América do Sul a “encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país” (Altemani e Lessa 2008, 315-326).

Há também várias empresas brasileiras que exercem atividades comerciais na Colômbia, se concentrando principalmente nos setores da construção civil, infraestrutura, finanças, petróleo, química, saúde e transportes (Castro 2009, 69). Essas empresas em parceria com os governos brasileiros e logicamente, o colombiano, poderiam vir a ser um vínculo explorado por ambos para uma nova inserção de ex-guerrilheiros à vida civil e levar o investimento em infraestrutura, transportes e construção civil para áreas rurais da Colômbia como foi previsto no acordo de paz.

Carpes (2015) também criticou o posicionamento, chamando-o de apático, uma vez que a relação entre os dois países vem aumentando devido ao comércio, superando US\$ 4 bilhões em 2014 e debates em temas de ciência, tecnologia e agricultura familiar. A Carta Constitucional Brasileira de 1988 é mencionada, em uma reiteração do argumento, de que o Brasil tem como objetivo promover desenvolvimento socioeconômico na América Latina, além do mesmo ajudar a criar um ambiente estável de paz na região.

A autora menciona também que como os dois países já debateram questões de uso da terra, o Brasil poderia servir como exemplo e ajudar na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) já em funcionamento doméstico, assegurando “acesso aos alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, tais como as populações atendidas por programas sociais, quilombolas, indígenas, acampados da reforma agrária...”. O programa serve como incentivo ao pequeno agricultor. Assim como esse programa, o Brasil possui outras experiências exitosas à nível nacional que o colocariam no papel de “país modelo” e que poderiam ser vitais para a construção de paz na Colômbia como foi analisado nas propostas e desafios do acordo, como por exemplo:

Programas de erradicação da fome e redução da miséria (Fome Zero), facilitação de crédito para a aquisição de moradia popular (Minha Casa, Minha Vida), empoderamento da mulher como responsável financeira no seio familiar (Bolsa Família), programas para a reestruturação do campo com base na agricultura familiar (Programa de Aquisição de Alimentos), além de programa para levar saúde às populações que vivem em regiões mais remotas do país (Mais Médicos) (Carpes 2015, 175-179).

É possível ser observado que as relações entre Brasil e Colômbia se aprofundam cada vez mais em âmbito comercial e econômico, com uma cooperação para resolução de conflitos ou trabalho social muito pequena ou quase nula. A ajuda existente é em questão de resolver problemas com o narcotráfico, porém o Brasil faz esse combate apenas dentro de suas fronteiras fazendo assim com que existam sempre desafios e barreiras para uma integração sul-americano e desenvolvimento e estabilidade na região. O Brasil tem potencial para surgir como um importante ator na política pós-conflito, “mas como um país atípico, capaz, talvez, de garantir a si próprio razoável autonomia, mas sem possibilidade de oferecer, mesmo que modestamente, perspectivas de articulação regional” (Castro 2009, 123-127).

## Conclusão

Muitas dúvidas podem surgir em relação a como será feito o processo de construção de paz na Colômbia e sua eficácia. Por ser um acontecimento muito recente, esse trabalho ainda não consegue demonstrar com maior clareza, as maneiras de como isso será realizado ou fazer uma averiguação do êxito na implementação de tais políticas. Porém esse trabalho buscou, de maneira simples e direta determinar os motivos que levaram à formação da guerrilha, explicar alguns dos pontos e procedimentos que necessitam ser feitos para a resolução e como atores internacionais estão ajudando para a construção de paz.

Como foi mencionado no texto, desde o começo do conflito pode-se observar princípios básicos do liberalismo republicano sendo rompidos, que prega a ideia do indivíduo livre com direitos básicos, assim como o direito à propriedade privada. É possível concluir que uma das grandes pautas em questão tanto para o surgimento do conflito, quanto para um maior desafio para o acordo de paz será a reforma agrária. Cidadãos de uma classe social menos favorecida foi forçada a deslocar-se em razão do Estado e elite perdendo assim o direito de posse de terra útil para o cultivo em um país que tem a agricultura como força econômica. Fica muito clara a relação entre a insurgência e o autoritarismo do governo colombiano em lidar com o direito de terra e a exclusão de tal parcela da população a vida política.

Outro conceito importante dentro do liberalismo que é a base desse trabalho é o destaque para a importância, que organizações não governamentais ganham para a execução da construção de paz na Colômbia. Embora no caso da Colômbia, o Estado colombiano ainda mantém sua importância na execução, organizações como a ONU, a OEA, o CDS, a União Europeia, trabalham quase que em conjunto abordando aspectos diferentes dentro do conflito, em pró do bem-estar de toda a sociedade sul-americano, uma vez que os efeitos do conflito passaram das fronteiras colombianas. A partir do momento em que todas começam a trabalhar, na construção e estabilização de uma sociedade mais justa e democrática na Colômbia, aumenta o comércio e desenvolvimento do país.

Embora Estados Unidos e União Europeia tenham políticas bem diversificadas em como cooperar com a resolução do conflito colombiano, ambos vem sendo os principais contribuintes financeiros para a resolução do conflito e por meio de

organizações não governamentais garantem a implementação dos termos do acordo de paz, desde o desarmamento da guerrilha – ação fundamental para a execução do acordo – até a passagem dos ex-guerrilheiros à sociedade civil.

O artigo demonstra de maneira preocupante para a construção de um ambiente pacífico na região, exatamente o pouco envolvimento da comunidade sul-americana. As organizações que englobam esse grupo de países se preocupam mais com a questão do narcotráfico do que com de fato, a insegurança internacional causada pela guerra.

Talvez pela forte presença norte-americana na Colômbia há décadas, o Brasil parece não ter tido chance de uma maior contribuição na resolução do problema. O país que é potência regional se demonstra apático em relação ao assunto e coopera apenas ao que diz respeito às suas fronteiras, enquanto perde a chance de exportar suas políticas sócias e ser observado por organizações como a ONU.

## Referências

- Abdul-Hak, Ana Patrícia Neves Tanaka. *O Conselho de Defesa Sul-Americano*. Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2013.
- Altemani, Henrique, e Antônio Carlos Lessa. *Relações internacionais do Brasil temas e agendas*. 2ª. Vol. 2. São Paulo, São Paulo: Saraiva, 2008.
- Alves, Marcos Celso. "PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO." *A PAZ: O CASO DA NEGOCIAÇÃO ENTRE O GOVERNO DE ANDRÉS PASTRANA E AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA (1998-2002)*. 13 de janeiro de 2006. [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=7682@1](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=7682@1) (acesso em 20 de março de 2018).
- Azevedo, Rita. "Quanto a Colômbia poderia ganhar com a paz?" *Revista Exame*. 03 de Outubro de 2016. <https://exame.abril.com.br/economia/quanto-a-colombia-poderia-ganhar-com-a-paz/> (acesso em 28 de Fevereiro de 2018).
- Carpes, Mariana. "O papel do Brasil no período pós-conflito na Colômbia." *Iberoamericana*, nº 60 (2015): 175-179.
- Carvalho, Ana Letícia de Andrade Lopes, Daniel Augusto dos Santos Lima, Felipe Xavier Faria Alvarenga, Ian Coutinho Bueno Marques Conti, e Marianna Batista Benzaquen. "Brasil e o Papel de Liderança Regional – Atuações e Desafios." *Ministério da Defesa*. s.d. [http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/artigos/xii\\_cadn/brasil\\_e\\_o\\_papel\\_de\\_lideranca.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/brasil_e_o_papel_de_lideranca.pdf) (acesso em 25 de Fevereiro de 2018).
- Castro, André Dunham. *Crise na Colômbia: Impactos e implicações para o Brasil*. Brasília, Distrito Federal: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- Ceará, Diego Barbosa. "FARC-EP: o mais longo processo de luta revolucionária da América Latina." *História Social* 17 (2009): 203-224.
- "Colômbia: Acordo de Paz deve abrir porta à justiça." *Anistia Internacional*. 05 de dezembro de 2016. <https://anistia.org.br/noticias/colombia-acordo-de-paz-deve-abrir-porta-justica/> (acesso em 10 de março de 2018).
- Correa, Paulo Gustavo Pellegrino, e Vanessa Braga Matijasic. *Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas*. 1ª. São Paulo, SP: Unesp, 2014.
- Cruz, Giovanni Molano. "El Diálogo entre La Comunidad Andina y La Unión Europea Sobre Drogas Ilícitas." *Colombia Internacional*, Enero - Junio 2007: 38-65.
- Dario, Diogo Monteiro. "A Legitimidade da Política e Segurança Democrática e a Doutrina de Segurança Nacional na Colômbia." *Contexto Internacional* 32 (Julho-Dezembro 2010): 623-630.
- Delgado, Laura Gelbert. "Observadores da ONU concluem processo de remoção de armas das Farc-EP." *ONU News*. 17 de agosto de 2017. <https://news.un.org/pt/story/2017/08/1593341-observadores-da-onu-concluem-processo-de-remocao-de-armas-das-farc-ep> (acesso em 10 de março de 2018).

- Desiderá Neto, Walter Antonio. “Diagnósticos da segurança regional Sul-Americana: Classificações teóricas preliminares.” *IPEA*. 2013.  
[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3923/1/BEPI\\_n13\\_diagnostico.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3923/1/BEPI_n13_diagnostico.pdf)  
(acesso em 20 de março de 2018).
- Doratioto, Francisco, e Carlos Eduardo Vidigal. *História das relações internacionais do Brasil*. 3ª. São Paulo, São Paulo: Saraiva, 2017.
- “EBC Agência Brasil.” *Farc são definitivamente retiradas da lista de terrorismo da UE*. 13 de novembro de 2017. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-11/farc-sao-definitivamente-retiradas-da-lista-de-terrorismo-da-ue> (acesso em 22 de março de 2018).
- “El Acuerdo Final de Paz.” *Alto Comisionado para la Paz*. 2016.  
[http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/herramientas/Documents/Nuevo\\_enterese\\_version\\_6\\_Sep\\_final\\_web.pdf](http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/herramientas/Documents/Nuevo_enterese_version_6_Sep_final_web.pdf) (acesso em 27 de Fevereiro de 2018).
- “El País.” *En detalle: estos son los seis puntos del acuerdo final de paz con las Farc*. 24 de Agosto de 2016. <http://www.elpais.com.co/proceso-de-paz/en-detalle-estos-son-los-seis-puntos-del-acuerdo-final-de-paz-con-las-farc.html> (acesso em 10 de Março de 2018).
- “Europe Direct.” *União Europeia apoia a instauração da paz na Colômbia com quase 600 milhões de euros*. 23 de março de 2018. <http://europedirect.adral.pt/index.php/2013-06-05-01-00-59/469-uniao-europeia-apoia-a-instauracao-da-paz-na-colombia-com-quase-600-milhoes-de-euros> (acesso em 23 de março de 2018).
- “Food and Agriculture Organization.” *La FAO acompañará a Colombia para alcanzar la paz y la seguridad alimentaria*. 29 de janeiro de 2016.  
<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/381807/> (acesso em 20 de março de 2018).
- “Fuerzas Militares.” *¡Entérate! ¿Dónde están y cuántos hombres tienen las disidencias de las FARC?* 13 de março de 2017.  
<https://www.fuerzasmilitares.org/notas/colombia/fuerzas-militares/7442-disidencias-cuentas.html> (acesso em 13 de março de 2018).
- “G1.” *Governo da Colômbia e Farc assinam acordo de paz para conflito de 52 anos*. 26 de Setembro de 2016. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/governo-da-colombia-e-farc-assinam-acordo-de-paz-para-conflito-de-52-anos.html> (acesso em 16 de Junho de 2017).
- “Gobierno y ELN prendieron los motores de la paz en Quito.” *Revista Semana*. 02 de 07 de 2017. <http://www.semana.com/nacion/articulo/gobierno-y-eln-iniciaron-fase-publica-de-la-negociacion-de-paz-en-quito/514773> (acesso em 15 de Janeiro de 2018).
- Gomes, Gabriel Galdino. “Análise das relações entre Brasil e Colômbia em um contexto de multipolaridade emergente: desafios à construção da liderança brasileira na América do Sul.” *Revista Fronteira* 12 (2013): 142-161.
- Hylton, Forrest. *A Revolução Colombiana*. São Paulo: Unesp, 2007.



- “Infobae.” *El Fallido Plan de Paz de Pastrana con las FARC*. 27 de Agosto de 2012.  
<https://www.infobae.com/2012/08/27/1057010-el-fallido-plan-paz-pastrana-las-farc/>  
 (acesso em 10 de Fevereiro de 2018).
- Jatobá, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- “Juan Manuel Santos.” *Ecured*. Fevereiro de 2018.  
[https://www.ecured.cu/Juan\\_Manuel\\_Santos](https://www.ecured.cu/Juan_Manuel_Santos) (acesso em 12 de Março de 2018).
- Kant, Immanuel. *Paz Perpétua*. Tradução: Artur Morão. Covilhã: Luso Sofia Press, 2008.
- “La Violencia in Colombia.” *Latin American Studies*. s.d.  
<http://www.latinamericanstudies.org/colombia/la-violencia.htm> (acesso em 22 de 08 de 2017).
- Leongómez, Eduardo Pizarro. “Marquetalia: el mito fundacional de las Farc.” *UN Periódico*, 09 de Maio de 2004, 57 ed.
- Lot, Bruno. *FARC*. 5. Brasília: Saraiva, 2018.
- “Mapping Militant Organizations.” *Revolutionary Armed Forces of Colombia - People's Army*. Stanford University. 15 de Agosto de 2015.  
<http://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/89> (acesso em 22 de Fevereiro de 2018).
- Marcos, Ana. “Urnas punem FARC por meio século de guerra.” *El País*. 14 de Março de 2018.  
[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/12/internacional/1520820307\\_562901.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/12/internacional/1520820307_562901.html)  
 (acesso em 14 de Março de 2018).
- Molano, Enrique Santos. “El día en que mataron a Gaitán.” *Revista Credencial Historia El siglo XX colombiano*, nº 195 (Marzo 2006).
- Morales Nieto, Jairo. *¿QUE ES EL POST CONFLICTO ?* 1ª. Bogotá: EDICIONES B COLOMBIA, 2015.
- Nobre, Fábio Rodrigo Ferreira. *Cultura de defesa Sul-Americana*. Recife: Universitária UFPE, 2013.
- “Opera Mundi.” *Após 4 anos de negociações, FARC e governo colombiano assinam acordo final de paz*. 24 de Agosto de 2016.  
<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/45042/apos+4+anos+de+negociacoes+farc+e+governo+colombiano+assinam+acordo+final+de+paz.shtml> (acesso em 28 de Fevereiro de 2018).
- Otero, Diego. *El papel de los Estados Unidos en el conflicto armado colombiano*. Bogotá. Colômbia: Aurora., 2010.
- Pecequilo, Cristina Soreanu. *Teoria das Relações Internacionais: O mapa do caminho - Teoria e prática*. 1ª. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.
- “POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA.” *Ministério da Defesa*. Julho de 2012.  
<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf> (acesso em 08 de Dezembro de 2017).

